

**Frederico da Costa Carvalho Neto**

# **OBRIGAÇÕES NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

**Mitigação do Direito das Obrigações  
nas Relações de Consumo e a Imperatividade  
das Obrigações do Código de Defesa  
do Consumidor**

Curitiba  
Juruá Editora  
2023

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-263-0388-7**

**JURUA**  
EDITORA

**Brasil** – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

Carvalho Neto, Frederico da Costa.

C331 Obrigações nas relações de consumo: mitigação do direito das obrigações nas relações de consumo e a imperatividade das obrigações do Código de Defesa do Consumidor / Frederico da Costa Carvalho Neto - Curitiba: Jurua, 2023.  
300p.; 21cm

1. Defesa do consumidor. 2. Relações de consumo.  
3. Consumo – Direito das obrigações. I. Título.

CDD 346.07 (22.ed)  
CDU 347.7

00043

---

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1 A DEFESA DO CONSUMIDOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....</b>	<b>23</b>
1.1 HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS .....	25
1.2 A DEFESA DO CONSUMIDOR COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	29
1.3 A DEFESA DO CONSUMIDOR COMO PRINCÍPIO DA ORDEM ECONÔMICA.....	30
1.4 CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO DO SURGIMENTO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI N. 8.078/1990).....	34
1.5 O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO .....	35
<b>2 PRINCÍPIOS INCIDENTES ÀS OBRIGAÇÕES.....</b>	<b>39</b>
2.1 DA AUTONOMIA DA VONTADE À AUTONOMIA PRIVADA E A INTERVENÇÃO ESTATAL .....	40
2.2 FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO.....	45
2.3 PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE.....	47
2.4 PRINCÍPIO DO CONSENSUALISMO.....	50
2.5 PRINCÍPIO DA BOA-FÉ .....	51
2.6 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DAS PRESTAÇÕES ...	57
2.7 PRINCÍPIO DA JUSTIÇA NAS RELAÇÕES CREDITÍCIAS E DA PROTEÇÃO GENÉRICA DO DEVEDOR.....	58
2.8 PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA .....	58
2.9 PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	59

<b>3</b>	<b>DIREITO DAS OBRIGAÇÕES PARTE GERAL.....</b>	<b>63</b>
3.1	IMPORTÂNCIA DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	63
3.2	HISTÓRICO DAS OBRIGAÇÕES.....	66
3.3	EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES NO BRASIL .....	70
3.4	CONCEITO DE OBRIGAÇÃO .....	71
3.5	TEORIAS DAS OBRIGAÇÕES .....	76
3.6	OBRIGAÇÃO, DEVER E ÔNUS .....	78
3.7	DEVERES DE CONDUTA NA RELAÇÃO OBRIGACIONAL ..	80
3.8	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	82
3.9	FONTES DAS OBRIGAÇÕES.....	85
3.10	LEI, CONTRATO E HIERARQUIA DAS FONTES DAS OBRIGAÇÕES.....	88
3.11	ELEMENTOS DA OBRIGAÇÃO .....	90
<b>4</b>	<b>DIREITO DAS OBRIGAÇÕES APLICADO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....</b>	<b>93</b>
4.1	OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA E COISA INCERTA..	93
4.2	OBRIGAÇÕES DE FAZER.....	96
4.3	OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER .....	98
4.4	OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.....	99
4.5	OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS.....	101
4.6	OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS .....	103
	4.6.1 Solidariedade Legal.....	104
	4.6.2 Solidariedade Passiva e sua Mitigação na Relação de Consumo.....	107
4.7	CESSÃO DE CRÉDITO .....	110
4.8	ASSUNÇÃO DE DÍVIDA .....	113
4.9	PAGAMENTO .....	114
4.10	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....	119
4.11	PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO .....	120
4.12	IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO.....	121
4.13	DAÇÃO EM PAGAMENTO .....	122
4.14	NOVAÇÃO .....	123

4.15	COMPENSAÇÃO .....	125
4.16	CONFUSÃO.....	126
4.17	REMISSÃO.....	127
4.18	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	127
4.19	MORA .....	131
4.20	PERDAS E DANOS.....	134
4.21	JUROS LEGAIS.....	136
4.22	CLÁUSULA PENAL .....	137
4.23	ARRAS OU SINAL .....	141
<b>5</b>	<b>OBRIGAÇÕES GERAIS NA RELAÇÃO DE CONSUMO .....</b>	<b>143</b>
5.1	IMPERATIVIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	143
5.2	CONSUMIDORES.....	145
5.3	FORNECEDORES.....	147
5.4	POLÍTICA NACIONAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	148
	5.4.1 Vulnerabilidade .....	151
	5.4.2 Ação Governamental.....	156
	5.4.3 Harmonização das Relações de Consumo .....	157
	5.4.4 Execução da Política Nacional das Relações de Consumo.....	160
5.5	DIREITOS BÁSICOS DOS CONSUMIDORES .....	161
	5.5.1 Educação, Livre Escolha e Igualdade nas Contratações.....	162
	5.5.2 Direito à Informação .....	165
	5.5.3 Obrigações de não Fazer .....	166
	5.5.4 Modificação e Revisão de Cláusula Contratual.....	166
	5.5.5 Prevenção e Reparação de Danos.....	168
	5.5.6 Facilitação da Defesa do Consumidor .....	171
	5.5.7 Prevenção ao Superendividamento.....	174
	5.5.8 O Código de Defesa do Consumidor e o Ordenamento Jurídico.....	175

<b>6</b>	<b>AS OBRIGAÇÕES EM RELAÇÃO À QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS .....</b>	<b>179</b>
6.1	PROTEÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA .....	180
6.2	RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO .....	183
6.2.1	Fato do Produto .....	183
6.2.2	Responsabilidade do Comerciante.....	187
6.2.3	Responsabilidade pelo Fato do Serviço.....	188
6.2.4	A Responsabilidade dos Profissionais Liberais.....	191
6.3	A RESPONSABILIDADE PELOS VÍCIOS NA RELAÇÃO DE CONSUMO .....	193
6.3.1	Vícios de Qualidade e Quantidade no Fornecimento dos Produtos.....	194
6.3.2	Vício do Serviço.....	199
6.4	A RESPONSABILIDADE CIVIL NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	201
6.5	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA....	203
<b>7</b>	<b>OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>205</b>
7.1	OFERTA.....	205
7.2	PUBLICIDADE.....	209
7.2.1	Publicidade Enganosa.....	211
7.2.2	Publicidade Abusiva.....	213
7.2.3	Contrapropaganda.....	215
7.3	PRÁTICAS ABUSIVAS .....	217
7.4	ORÇAMENTO.....	227
7.5	COBRANÇA DE DÍVIDAS .....	229
7.6	BANCOS DE DADOS .....	231
7.6.1	Cadastros de Consumidores.....	232
7.6.2	Cadastro Positivo.....	235
7.6.3	Cadastro de Fornecedores.....	236
7.7	PROTEÇÃO CONTRATUAL .....	237
7.7.1	Informação Prévia e Redação Clara .....	237

---

7.7.2	Interpretação.....	240
7.7.3	Pré-contrato.....	240
7.7.4	Arrependimento.....	241
7.7.5	Garantia Contratual.....	245
7.7.6	Cláusulas Abusivas.....	246
7.7.6.1	Nulidade, abuso de direito e tutela de evidência ..	246
7.7.6.2	Cláusula abusiva e estelionato.....	250
7.7.6.3	Cláusulas abusivas e a obrigação de não fazer .....	255
7.7.7	Fornecimento com Financiamento e a Obrigação de Fazer dos Fornecedores.....	268
7.7.8	Cláusula de Decaimento (art. 53) e a Obrigação de Restituição Pecuniária pelos Fornecedores .....	270
7.7.9	Contrato de Adesão e as Obrigações de Fazer e não Fazer.....	272
7.7.10	Contratos Digitais .....	274
7.7.11	Prevenção e Tratamento ao Superendividamento.....	277
<b>CONCLUSÃO</b>	.....	<b>283</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	.....	<b>285</b>